

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### QUESTÃO 21

Governador de estado que pretenda nomear um escrivão de polícia para ocupar cargo de confiança deverá fazê-lo por

- A decreto.
- B homologação.
- C circular.
- D alvará.
- E resolução.

### QUESTÃO 22

A conduta do agente público que busca o melhor desempenho possível, com a finalidade de obter o melhor resultado, atende ao princípio da

- A eficiência.
- B legalidade.
- C impessoalidade.
- D moralidade.
- E publicidade.

### QUESTÃO 23

A administração pública detém determinados poderes, a partir dos quais busca satisfazer o interesse público, que se sobrepõe ao interesse privado. Nesse sentido, o poder de cada ente administrativo de apurar infrações e aplicar penalidades a servidores públicos consiste no poder

- A disciplinar.
- B vinculado.
- C discricionário.
- D hierárquico.
- E regulamentar.

### QUESTÃO 24

De acordo com a Lei de Improbidade — Lei n.º 8.429/1992 —, o servidor público que comprovadamente tiver causado lesão ao patrimônio público estará sujeito

- A a detenção de cinco a oito anos.
- B à perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio.
- C ao ressarcimento correspondente ao dobro do valor integral do dano.
- D ao pagamento de multa civil em valor igual ao do acréscimo patrimonial.
- E a suspensão dos direitos políticos por dez anos.

### QUESTÃO 25

De acordo com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão — Lei n.º 6.107/1994 —, se um servidor for demitido do serviço público, mas obtiver, pela via judicial, a invalidação de sua demissão, a forma de provimento a que terá de ser submetido esse servidor será a

- A reversão.
- B recondução.
- C remoção.
- D readaptação.
- E reintegração.

### QUESTÃO 26

João, policial civil, estava de férias quando se envolveu em uma discussão de trânsito, utilizou-se de sua arma funcional e, sem real motivo, feriu Manoel.

Nessa situação hipotética,

- A não se configurou responsabilidade civil do Estado, pois o fato ocorreu enquanto João estava de férias.
- B caracterizou-se a responsabilidade civil objetiva do Estado, pois foram provados a conduta, o dano e o nexo de causalidade.
- C configurou-se a responsabilidade civil objetiva do Estado, porque João utilizou arma funcional para a prática da conduta.
- D caracterizou-se a responsabilidade civil objetiva do Estado, pois autoridades policiais exercem suas funções como agentes do Estado a qualquer tempo.
- E não se configurou responsabilidade civil do Estado, devendo o dolo ser comprovado em decorrência da responsabilidade subjetiva de João.

### QUESTÃO 27

Durante o período de estágio probatório de um escrivão da Polícia Civil do Estado do Maranhão, constatou-se que esse servidor não possuía equilíbrio emocional para exercer as funções inerentes ao cargo.

Nessa situação hipotética, de acordo com o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Maranhão — Lei n.º 8.508/2006 —, o escrivão deverá ser

- A advertido.
- B demitido.
- C repreendido.
- D exonerado.
- E removido.

### QUESTÃO 28

A revisão, de ofício, pela administração pública, de decisões sancionatórias aplicadas a servidor público por meio de regular processo administrativo é

- A vedada, em razão da necessidade de provocação do servidor público.
- B permitida, ainda que tenha ocorrido a preclusão administrativa, em razão do princípio da autotutela.
- C permitida, em decorrência do princípio da oficialidade.
- D permitida apenas se as alegações da revisão coincidirem com as suscitadas pela parte no decorrer do processo.
- E vedada, em obediência ao princípio da economia processual.

### QUESTÃO 29

A segurança pública é uma forma de serviço público de natureza

- A geral.
- B administrativa.
- C descentralizada.
- D não exclusiva.
- E individual.

**QUESTÃO 30**

O preenchimento de cargos públicos mediante concurso público, por privilegiar a isonomia entre os concorrentes, constitui expressão do princípio constitucional fundamental

- A federativo.
- B da eficiência.
- C da separação de poderes.
- D do valor social do trabalho.
- E republicano.

**QUESTÃO 31**

O art. 5.º, inciso XIII, da Constituição Federal de 1988 (CF) assegura ser livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. Com base nisso, o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil estabelece que, para exercer a advocacia, é necessária a aprovação no exame de ordem. A norma constitucional mencionada, portanto, é de eficácia

- A contida.
- B programática.
- C plena.
- D limitada.
- E diferida.

**QUESTÃO 32**

Um condenado faleceu e deixou como herança R\$ 30.000 para seu filho, seu único herdeiro. Contudo, a sentença criminal pela qual o falecido foi condenado, além de determinar a pena privativa de liberdade, cumprida parcialmente em razão da morte, determinava a reparação do dano causado, no valor de R\$ 50.000.

Nessa situação hipotética, a obrigação de reparar o dano poderá ser

- A estendida ao herdeiro, que deverá saldá-la até o limite do patrimônio transferido.
- B extinta, pois se trata de pena personalíssima e intransferível.
- C executada contra o herdeiro pelo valor integral previsto na sentença, se ficar provado que ele renunciou à herança para fraudar credores.
- D anulada, bem como extinta a pena privativa de liberdade.
- E transferida ao herdeiro, que deverá saldá-la no valor integral previsto na sentença de condenação de seu pai.

**QUESTÃO 33**

A CF, em seu art. 144, apresenta o rol dos órgãos encarregados da segurança pública. Esse rol é

- A taxativo para a União e inaplicável aos estados e ao Distrito Federal.
- B taxativo para a União e exemplificativo para os estados e o Distrito Federal.
- C exemplificativo para a União e taxativo para os estados e para o Distrito Federal.
- D taxativo para a União, para os estados e para o Distrito Federal.
- E exemplificativo para a União, para os estados e para o Distrito Federal.

**QUESTÃO 34**

As polícias civis estaduais subordinam-se aos

- A governadores, diferentemente dos corpos de bombeiros militares, que são auxiliares e reserva do Exército.
- B diretores das respectivas corporações, e não aos governadores.
- C governadores, assim como as polícias militares e os corpos de bombeiros.
- D governadores, diferentemente da Polícia Civil do Distrito Federal, que é organizada e mantida pela União, à qual é subordinada.
- E governadores, diferentemente das polícias militares, que são auxiliares e reserva do Exército.

**QUESTÃO 35**

A instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, à qual incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis é o(a)

- A advocacia pública.
- B Conselho Nacional de Justiça.
- C polícia judiciária.
- D Defensoria Pública.
- E Ministério Público.

**QUESTÃO 36**

De acordo com a CF, as funções de confiança

- A devem ser preenchidas exclusivamente por servidores estáveis e ocupantes de cargo efetivo.
- B destinam-se a atribuições de coordenação que demandem relação de confiança pessoal.
- C devem ser preenchidas por servidores de carreira nos percentuais mínimos previstos em lei.
- D podem ser preenchidas indistintamente por servidores ou não servidores, e seus ocupantes são demissíveis *ad nutum*.
- E destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

**QUESTÃO 37**

O *habeas corpus* pode ser impetrado por

- A condenado a pena de multa, caso ele considere exorbitante o valor desta.
- B militar, contra punição disciplinar imposta sem motivação.
- C pessoa física, para impugnar determinação de suspensão de direitos políticos.
- D estrangeiro, mas sempre em português.
- E pessoa jurídica, em seu favor, quando ela for acusada de crime ambiental.

**QUESTÃO 38**

O Código Penal estabelece como hipótese de qualificação do homicídio o cometimento do ato com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum. Esse dispositivo legal é exemplo de interpretação

- A analógica.
- B teleológica.
- C restritiva.
- D progressiva.
- E autêntica.

**QUESTÃO 39**

A aplicação do princípio da retroatividade benéfica da lei penal ocorre quando, ao tempo da conduta, o fato é

- A típico e lei posterior suprime o tipo penal.
- B típico e lei posterior provoca a migração do conteúdo criminoso para outro tipo penal.
- C típico e lei posterior aumenta a pena correspondente ao crime.
- D típico e lei posterior acrescenta hipótese de aumento de pena.
- E atípico e lei posterior o torna típico.

**QUESTÃO 40**

Com relação ao crime de estupro, considera-se vulnerável a vítima

- A que morre em consequência da violência sexual.
- B que pratica o ato sexual mediante fraude ou dissimulação.
- C mentalmente enferma, sem discernimento para o ato sexual.
- D com quatorze anos de idade completos.
- E com até dezoito anos de idade.

**QUESTÃO 41**

Adão, alegando ter poder de persuasão sobre seu primo, delegado de polícia que presidia inquérito policial em que Cláudio estava sendo investigado, solicitou deste determinada quantia de dinheiro, a pretexto de repassá-la ao delegado, para impedir o indiciamento de Cláudio pela prática de estupro.

Nessa situação hipotética, a conduta de Adão configurou o crime de

- A corrupção passiva privilegiada.
- B advocacia administrativa.
- C tráfico de influência.
- D exploração de prestígio.
- E corrupção passiva.

**QUESTÃO 42**

A imputabilidade é definida como

- A a capacidade mental, inerente ao ser humano, de, ao tempo da ação ou da omissão, entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- B a contrariedade entre o fato típico praticado por alguém e o ordenamento jurídico, capaz de lesionar ou expor a perigo de lesão bens jurídicos penalmente protegidos.
- C a reprovabilidade ou o juízo de censura que incide sobre a formação e a exteriorização da vontade do responsável pela conduta criminosa.
- D a obediência às formas e aos procedimentos exigidos na criação da lei penal e, principalmente, na elaboração de seu conteúdo normativo.
- E a necessidade de que a conduta reprovável se encaixe no modelo descrito na lei penal vigente no momento da ação ou da omissão.

**QUESTÃO 43**

Por estar com problemas financeiros, Lara convidou um colega para subtrair bens do patrimônio de Jair. O colega aceitou o convite e o ilícito foi cometido.

Nessa situação, haverá isenção de pena se

- A Jair for genitor de Lara, ainda que não tenha reconhecido formalmente a paternidade.
- B Jair for avô de Lara e tiver idade superior a sessenta anos.
- C Lara for mãe dos filhos de Jair, mesmo que ambos estejam divorciados.
- D o crime tiver sido praticado sem violência física, mesmo que sob grave ameaça.
- E o colega dela não tiver vínculo familiar com Jair, ainda que saiba da existência de parentesco entre este e aquela.

**QUESTÃO 44**

Rui e Lino, irmãos, combinaram a prática de furto a uma loja. Depois de subtraídos os bens, Pedro, pai de Rui e de Lino, foi procurado e permitiu, em benefício dos filhos, a ocultação dos objetos furtados em sua residência por algum tempo, porque eles estavam sendo investigados.

Nessa situação hipotética, a conduta de Pedro configura

- A receptação.
- B favorecimento real.
- C favorecimento pessoal.
- D hipótese de isenção de pena.
- E furto.

**QUESTÃO 45**

Pune-se a tentativa no crime de

- A omissão de socorro.
- B injúria cometida verbalmente.
- C induzimento a suicídio sem resultado lesivo.
- D lesão corporal leve dolosa.
- E homicídio culposo.

**QUESTÃO 46**

Determinado policial, ao cumprir um mandado de prisão, teve de usar a força física para conter o acusado. Após a concretização do ato, o policial continuou a ser fisicamente agressivo, mesmo não havendo a necessidade.

Nessa situação hipotética, o policial

- A excedeu o estrito cumprimento do dever legal.
- B abusou do exercício regular de direito.
- C prevaleceu-se de condição excludente de ilicitude.
- D agiu sob o estado de necessidade.
- E manifestou conduta típica de legítima defesa.

**QUESTÃO 47**

Em relação à aplicação da lei processual penal, é correto afirmar que a lei

- A** nova será aplicada sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- B** processual penal não admitirá aplicação analógica.
- C** processual penal não se sujeitará a tratados, convenções ou regras de direito internacional.
- D** nova e mais gravosa ao réu terá aplicação imediata somente para os novos processos que se tiverem iniciado depois de sua promulgação.
- E** nova será aplicada aos fatos pretéritos que eram regulados pela lei revogada.

**Texto 1A2AAA**

Em determinada comarca de um estado da Federação, em razão de uma denúncia anônima e após a realização de diligências, a polícia civil prendeu Maria, de dezoito anos de idade, que supostamente traficava maconha em uma praça nas proximidades da escola pública onde ela estudava. Levada à delegacia de polícia local, Maria foi autuada e indiciada. Depois de reunidos elementos informativos suficientes, o delegado elaborou um relatório com a descrição dos fatos, apontando os indícios de autoria. Com o encerramento das investigações, o inquérito policial foi encaminhado à autoridade competente.

**QUESTÃO 48**

Com relação à situação hipotética descrita no texto 1A2AAA, assinale a opção correta.

- A** O prazo para a conclusão do inquérito policial não poderá ser superior a dez dias.
- B** A duplicação do prazo para o encerramento do inquérito policial poderá ser requerida apenas pelo Ministério Público, por ser ele o titular da ação penal.
- C** No relatório encaminhado ao titular da ação penal, a autoridade policial não era obrigada a justificar as razões da classificação do delito.
- D** O inquérito policial poderia ter sido instaurado em razão de notícia anônima, desde que tivessem ocorrido investigações preliminares para averiguação dos fatos noticiados.
- E** Será necessário nomear curador especial para Maria, em razão da natureza hedionda do delito por ela cometido.

**QUESTÃO 49**

Considere que os seguintes fatos sejam adicionais à situação hipotética descrita no texto 1A2AAA.

Entre as várias diligências realizadas envolvendo Maria, que redundaram em sua prisão por tráfico de maconha, a autoridade policial cogitou obter autorização para quebra de seu sigilo de comunicação telefônica como meio de prova na investigação criminal.

Considerando-se a situação hipotética descrita no texto 1A2AAA e as informações adicionais anteriormente apresentadas, é correto afirmar, com relação à interceptação telefônica no inquérito policial, que

- A** somente a autoridade policial poderá requerer a interceptação telefônica de Maria na fase do inquérito policial.
- B** as gravações que não interessarem ao caso terão de ser inutilizadas por determinação da autoridade policial.
- C** o material colhido na interceptação, caso seja autorizada, terá de ser autuado em apartado e apensado de forma sigilosa ao inquérito policial, anteriormente ao relatório da autoridade policial.
- D** será prescindível cláusula de reserva jurisdicional para sua autorização, porque o delito cometido é de natureza hedionda.
- E** será viável a sua realização na investigação do crime hediondo, mesmo que fossem incertos os indícios de autoria.

**QUESTÃO 50**

Considere, ainda, que as seguintes informações sejam adicionais à situação hipotética descrita no texto 1A2AAA.

Maria foi submetida a prisão preventiva pela suposta prática de tráfico de maconha, cuja pena prevista é de cinco a quinze anos de reclusão. Em atenção a determinação legal, tal prisão foi comunicada ao órgão da Defensoria Pública que atua na seara criminal local e, após isso, um defensor público requereu a liberdade provisória de Maria à autoridade judicial.

Nessa situação hipotética, a liberdade provisória

- A** é cabível, por se tratar de tráfico de droga ilícita.
- B** só poderá ser concedida mediante o pagamento de fiança.
- C** é incabível, pois constitui instituto que se restringe à prisão temporária e à prisão em flagrante, deixando de parte a prisão preventiva.
- D** é incabível, pois há indícios de autoria e da materialidade do fato delituoso.
- E** poderá ser concedida pela autoridade policial mediante o pagamento de fiança.

**QUESTÃO 51**

Considere que os seguintes fatos sejam adicionais à situação hipotética descrita no texto 1A2AAA.

Preso preventivamente, Maria teve pedido de liberdade provisória indeferido pelo juiz da comarca, sob o fundamento de que ela havia confessado o delito no interrogatório policial e de que a pena do crime, abstratamente considerada, é superior a quatro anos de reclusão. Cientificado pessoalmente da decisão, o defensor público impetrou *habeas corpus* no tribunal de justiça.

Nesse caso, o *habeas corpus*

- A** reparará a violação ao direito de ir e vir de Maria, direito esse de responsabilidade da autoridade policial que não arbitrou fiança, o que configura coação ilegal, visto que a paciente foi mantida presa por tempo superior ao permitido.
- B** é inadmissível, devendo ser indeferido de plano, porque Maria confessou o delito.
- C** poderá ser acolhido, visto que a fundamentação apresentada para negar o pedido de liberdade provisória foi insuficiente por não tratar dos requisitos legais para a manutenção da prisão preventiva.
- D** constitui pretensão de natureza constitutiva, com vistas à concessão de salvo conduto.
- E** constitui ação autônoma de natureza constitucional, razão por que tem por princípios a celeridade, a formalidade e a gratuidade.

**QUESTÃO 52**

Assinale a opção correta relativamente ao direito de representação como condição de procedibilidade da ação penal.

- A** O direito penal restringe-se ao trato da responsabilidade subjetiva, razão por que as pessoas jurídicas estão impedidas de representar.
- B** O requerimento de requisição do ofendido ou de seu representante legal deve conter a assinatura e a narrativa do fato de cada testemunha.
- C** O Ministério Público não pode dispensar a instauração do inquérito policial nas ações penais condicionadas a representação.
- D** É necessária a classificação jurídica do fato delituoso na representação do ofendido.
- E** A representação deve conter todas as informações para a apuração do fato delituoso, permitindo a lei que estas possam ser apresentadas oralmente à autoridade policial.

**QUESTÃO 53**

De acordo com as regras para a fixação da competência no âmbito penal, assinale a opção correta.

- A** A competência será definida por conexão, quando duas ou mais pessoas forem acusadas da prática de um mesmo fato delituoso.
- B** Não se aplicam as regras de competência aos crimes cometidos fora do território brasileiro.
- C** A competência será definida pelo domicílio ou pela residência da vítima, quando a execução do crime iniciar-se, mas este não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- D** Sempre que, no inquérito policial, não se conseguir determinar o local do fato delituoso, a competência será fixada pelo domicílio ou pela residência do réu.
- E** No caso de crime consumado, a competência será fixada após a descoberta do paradeiro do réu.

**QUESTÃO 54**

A prisão preventiva poderá ser decretada

- A** quando os indícios de autoria e prova da materialidade forem insuficientes para assegurar a aplicação da lei penal.
- B** nos crimes de violência doméstica e familiar contra o idoso, para assegurar a execução de medidas protetivas de urgência.
- C** em qualquer fase do inquérito policial, mediante ato da autoridade policial.
- D** quando o agente for reincidente específico, por sentença transitada em julgado, em crime culposo, dentro do período depurador.
- E** nos crimes dolosos punidos com pena máxima inferior a quatro anos.

**QUESTÃO 55**

A disposição constitucional que assegura ao preso o direito ao silêncio consubstancia o princípio da

- A** inexigibilidade de autoincriminação.
- B** verdade real.
- C** indisponibilidade.
- D** oralidade.
- E** cooperação processual.

**QUESTÃO 56**

Configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão que, baseada no gênero, lhe cause sofrimento físico e que ocorra

- A** dentro da residência da vítima, desde que o agressor seja do sexo masculino.
- B** em relação íntima de afeto, somente se o agressor ainda conviver com a vítima.
- C** em relação íntima de afeto, independentemente da coabitação dos envolvidos.
- D** no âmbito da unidade doméstica, desde que o agressor seja pessoa da família.
- E** no âmbito da família, salvo se o agressor não possuir laços naturais com a vítima.

**QUESTÃO 57**

Conforme a legislação pertinente, considera-se crime hediondo

- A** o favorecimento da exploração sexual de pessoas adultas.
- B** o estupro de vulnerável tentado.
- C** a lesão corporal dolosa de natureza grave.
- D** o sequestro.
- E** a extorsão simples.

**QUESTÃO 58**

Caracteriza infração de trânsito grave a conduta de

- A** praticar ao volante manobra perigosa mediante arrancada brusca.
- B** deixar o condutor ou o passageiro de usar o cinto de segurança.
- C** deixar o condutor envolvido em acidente com vítima de identificar-se a autoridade policial que se apresentar no local.
- D** ter o condutor seu veículo imobilizado na via por falta de combustível.
- E** dirigir veículo com a carteira nacional de habilitação vencida há mais de trinta dias.

**QUESTÃO 59**

Indivíduo não reincidente que semeie, para consumo pessoal, plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de produto capaz de causar dependência psíquica se sujeita à penalidade imediata de

- A** perda de bens e valores.
- B** medida educativa de internação em unidade de tratamento.
- C** advertência sobre os efeitos das drogas.
- D** admoestação verbal pelo juiz.
- E** prestação pecuniária.

**QUESTÃO 60**

Determinada conduta configurará organização criminosa somente se

- A** o objetivo exclusivo dos agentes for o de obter vantagem de natureza patrimonial.
- B** a associação for ordenada para a prática da infração, ainda que inexista a divisão de tarefas entre os agentes.
- C** os agentes cometerem infrações sujeitas a pena de reclusão.
- D** houver escalonamento hierárquico entre os agentes.
- E** estiverem associadas, no mínimo, três pessoas.

Espaço livre